

*Economia  
Brasil*

# Espectro do Perigo

109 JAN 1995

O adiamento do reajuste do funcionalismo público, diante da incerteza quanto à decisão do STF sobre a equidade ao reajuste de 28,86% dado aos militares em 93, mostra que não era retórica a advertência da equipe econômica de que o Plano Real não se sustentaria sem as reformas constitucionais.

Os problemas se apresentam em duas frentes. Na área fiscal, é flagrante a dificuldade da União, dos estados e dos municípios em reduzirem seus déficits orçamentários. Na área externa, os crescentes déficits comerciais mostram que é urgente atacar os fatores de custo — o custo Brasil — que tiram competitividade das exportações.

A solução nos dois casos não pode ser tomada isoladamente. A situação falimentar de muitos estados e centenas de prefeituras só poderá ser enfrentada se o Congresso aprovar as reformas administrativa, previdenciária e tributária, além de acabar com a estabilidade e os privilégios na aposentadoria.

No comércio exterior, a lentidão das reformas torna dramática a competição externa da indústria. Nos longos anos de fechamento comercial, boa parte do empresário se acomodou sob o protecionismo estatal. Mesmo os setores mais dinâmicos e conscientes dos desafios da globalização, tiveram dificuldades de se modernizar.

Ficar em condições de igualdade com os competidores estrangeiros era extremamente difícil com a inflação. As indústrias do exterior tinham liberdade de importar os equipamentos mais modernos, com crédito de longo prazo e juros baixos. Já os brasilei-

ros eram tolhidos pelo protecionismo à obsoleta indústria de bens de capital e pelos juros estratosféricos, com a pressão do Estado sobre a poupança nacional.

A abertura comercial e a maior liberdade para importar máquinas amenizaram alguns dos problemas de competição. Entretanto, como 30 meses depois da implantação do Plano Real as reformas constitucionais ainda não foram aprovadas e o governo esperou muito pelo Congresso, antes de atacar alguns pontos que dispensavam emendas à Constituição, o setor privado ficou no meio do tiroteio na concorrência externa.

Na confusão, surgem sugestões dispare. Desvalorizar o real para inibir as importações e estimular as exportações; aumentar as tarifas de importação para proteger os setores mais frágeis; elevar os juros para frear o consumo, a economia e a importação. No mundo da globalização, não há mais espaço para economias autárquicas. O comércio exterior é via de mão dupla. Restringir importações implicaria retaliação. Na economia de mercado quem manda é o consumidor.

É preciso, portanto, determinação para consolidar a estabilização e as primeiras conquistas sociais trazidas pelo Real. Só assim será possível enfrentar os fatores institucionais e de custo que impedem o Brasil de virar a página do paternalismo e da forte presença estatal na economia, responsáveis pela hiperinflação e a maior concentração de renda da história do país. A escolha é óbvia.

JORNAL DO BRASIL